

ATA DA REUNIÃO DA MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS

Aos 14 dias de abril de 2015, na Cidade Administrativa, na sede da Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab Minas), realizou-se reunião para aprovação do texto final do decreto de instituição oficial da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, entre as partes interessadas, conforme lista de presença anexa. Tendo como princípio "Ouvir para governar", foi discutida e deliberada a seguinte pauta:

→ Retificação da ata da reunião da Mesa realizada no dia 24/03/2015.

O presidente da Cohab Minas, Claudius Vinicius Leite Pereira, que preside a Mesa, iniciou a reunião fazendo uma retificação na ata da reunião realizada no dia 24/03/2015, em relação à proposta do empreendedor para as ocupações na Granja Werneck. Segundo o presidente, a proposta apresentada tem como base um projeto que prevê a construção de conjuntos habitacionais na Granja Werneck, pelo programa "Minha Casa Minha Vida", garantindo o reassentamento das famílias em parte das cerca de 9.000 unidades que serão construídas na primeira fase do empreendimento. Diante de questionamentos quanto à legalidade desse reassentamento, no que diz respeito aos critérios de elegibilidade do programa, informou que, de acordo com portaria do Ministério das Cidades, até 47% das unidades habitacionais produzidas podem ser destinadas a conflitos fundiários ou a populações expostas a risco. Lembrou que serão contempladas todas as famílias aprovadas pelo cadastro do Executivo Municipal, tendo como data limite o dia 31 de março de 2015, quando a área foi congelada.

→ Informe sobre Ocupação Nelson Mandela

O presidente da Mesa informou que as famílias da ocupação Nelson Mandela, cujo prazo para a execução da ação de reintegração de posse vence no dia 15 de abril de 2015, já estão sendo transferidas para os imóveis onde ficarão instaladas até o seu reassentamento definitivo. Segundo ele, as mudanças estão sendo feitas com apoio logístico da Cohab, de forma a garantir a liberação da área a partir do dia 16/04/2015, conforme determinação da Justiça.

→ Aprovação do texto final do decreto de instituição oficial da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente sobre as ocupações Urbanas e Rurais.

Antes da aprovação final do texto, foram aprovados os seguintes ajustes: definiu-se que será inserido, ao final do artigo 4, um inciso que prevê a proposição de projetos de lei e de políticas públicas do Estado relacionadas à temática das ocupações; foi modificado o inciso I, do artigo 3, letra g, definindo a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais como um dos representantes do Poder Executivo Estadual, substituindo o Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais; alterou-se também o inciso II, do artigo 3, que passa a ter a seguinte redação: Representantes da sociedade civil organizada que atuam com conflitos sociofundiários e rurais e demais entidades indicadas pelas comunidades afetadas, nos termos do Regimento Interno da Mesa de Diálogo; o artigo 2 também foi alterado, com a inclusão do inciso I, com o seguinte texto: Preservação do direito à vida e da dignidade humana. A inclusão de tal inciso altera a ordem dos incisos subsequentes.

Dessa forma, o artigo 2 passa a contar com sete incisos. No inciso II deste artigo, foi realizada a seguinte alteração: observância do direito social à moradia e ao trabalho.

Definiu-se também a alteração do nome da Mesa, que passa agora a ser intitulada como "Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente sobre as Ocupações Urbanas e Rurais e Conflitos Sociofunditários".

Após a inclusão dos adendos e alterações descritos acima, o decreto de instituição oficial da Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente sobre as ocupações Urbanas e Rurais e Conflitos Sociofunditários foi aprovado.

Os representantes dos movimentos populares, Isabella Gonçalves e Rafael Bitencourt solicitaram que a assinatura do decreto pelo Governador de Minas Gerais seja realizada em audiência pública, com a participação das lideranças dos movimentos populares.

→ Outras deliberações

- Conceição do Mato Dentro

O servidor do Ministério Público, Luiz Tarcísio Gonzaga de Oliveira, representando a Promotoria de Justiça de Conceição do Mato Dentro, informou que está sendo executada, na manhã de hoje (14/04/2015), ação de reintegração de posse requerida pela Mineradora Anglo American, em área rural do município, desalojando famílias remanescentes de quilombolas que ocupam o local há várias gerações. Solicitou à Mesa que adote medidas para mediar o conflito junto às autoridades judiciais. Solicitou ainda que a Mesa busque junto às autoridades uma solução para a ameaça de despejo da família da senhora Natalina Ferreira da Silva, moradora da zona rural de Conceição do Mato Dentro, alegando tratar-se de uma senhora idosa, octogenária, que tem dois filhos portadores de deficiência.

O representante dos movimentos populares Rafael Bitencourt solicitou à Mesa a adoção de medidas imediatas no sentido de solucionar o conflito de reintegração de posse em Conceição do Mato Dentro, para que assim se evite o despejo das famílias. O presidente da Mesa informou que levará o caso ainda hoje (14/04/2015) à Advocacia Geral do Estado, solicitando ao juiz que examine as medidas cabíveis em relação a essas ações de despejo.

A representante dos movimentos populares Isabella Gonçalves questionou se a instituição oficial da Mesa não lhe daria poder para evitar a execução dos processos de reintegração de posse. O presidente da Cohab Minas reafirmou que a Mesa não tem a atribuição de impedir a execução de ações judiciais, informando tratar-se de um instrumento de diálogo que está construindo uma nova forma de tratamento dos conflitos fundiários. Segundo ele, cabe a seus integrantes fazer desse espaço de negociação um instrumento vivo e dinâmico, mostrando à sociedade e às autoridades judiciais que a Mesa é o melhor caminho para solucionar de forma pacífica esses conflitos.

- Fazenda Belgominas - Jequitaiá

A Defensora Pública Ana Cláudia da Silva Alexandre solicitou à Mesa que sejam estudadas medidas cabíveis para evitar a ação de reintegração de posse da Fazenda Ferro Ligas/Belgo Minas, na cidade de Jequitaiá, contra a população que habita o acampamento Novo Paraíso. Informou que se trata de um acampamento auto-sustentável, consolidado há mais de cinco anos, que produz o necessário para o sustento das famílias rurais residentes no local. Alegou que a retirada dessas famílias, sem qualquer alternativa de moradia, trabalho, emprego ou renda, constitui violação de direitos humanos.

Em resposta à solicitação, o presidente da Cohab Minas informou que encaminhará hoje (14/04), em reunião com o Advogado Geral do Estado, doutor Onofre Alves Batista, ofício solicitando a dilação do prazo por 60 dias da ação prevista de reintegração de posse da Fazenda Ferro Ligas/Belgo Minas, para que a Mesa busque alternativas no sentido de solucionar de forma pacífica o conflito.

→ Pauta da próxima reunião, a ser realizada no dia 28/04/2015:

- Resposta dos movimentos populares à proposta do empreendedor para as ocupações da Izidora, na Granja Werneck.

- Retorno do resultado da reunião que o presidente da Mesa, Claudius Vinícius Leite Pereira, realizará com o Advogado Geral do Estado para tratar da ação de reintegração de posse da Fazenda Ferro Ligas/Belgo Minas.

Não havendo mais assunto para o momento e estando todos concordes com os termos desta Ata, que foi feita por mim, Mariana Patrus Ananias Mussi Toledo, redigida e lida por todos, passam a assinar a última página e rubricar as demais.

Belo Horizonte, 14 de abril de 2015.

Assinam,

Nome completo	Assinatura

